

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Lucro da Vale sobe 25% no 1º trimestre	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Lucro cresce 25% e Vale tem melhor resultado desde 2013	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	4
Título: Alta do minério e produção recorde, lucro da Vale sobe 25%	4
Título: Domando o polvo.....	6
VEÍCULO: Valor Econômico	7
Título: CNPE define valor a ser arrecadado em licitação de áreas do pré-sal.....	7
Título: Governo estuda leilão único para contratação de energia renovável.....	8
Título: Concessões vão ajudar a atingir meta, diz secretário do PPI.....	10
Título: Sem dinheiro, Aneel corta até inspeção de barragem	12
Título: Desafios da geração de energia intermitente.....	13

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor:****Título: Lucro da Vale sobe 25% no 1º trimestre**

É o melhor resultado desde 2013, puxado por alta na produção de minério de ferro

O lucro da mineradora Vale subiu para R\$ 7,89 bilhões no primeiro trimestre de 2017, ante um resultado positivo de R\$ 6,31 bilhões no mesmo período de 2016. A alta de 25% foi puxada pela maior produção de minério de ferro, informou a companhia ontem. É o melhor resultado desde o terceiro trimestre de 2013. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado subiu para R\$ 13,52 bilhões, ante R\$ 7,41 bilhões um ano antes. O resultado foi impulsionado pelo aumento da produção de minério de ferro e ocorreu apesar do impacto negativo do menor volume de vendas sazonal.

A Vale anunciou, na semana passada, que as vendas deveriam ser mais fracas que os embarques registrados no primeiro trimestre por uma estratégia da companhia de aumentar estoques no exterior, apesar de ter divulgado um recorde de produção para o período. Os preços mais altos do minério, por outro lado, compensaram parcialmente o menor volume de vendas, segundo a Vale.

A receita líquida da companhia somou R\$ 26,74 bilhões no primeiro trimestre, alta de 30% ante o mesmo período de 2016. O diretor financeiro da Vale, Luciano Siani, afirmou, em um vídeo na internet, que a empresa iniciou o ano "em grande estilo" embalada pela inauguração do projeto S11D, em Canaã dos Carajás, no Pará, o maior de sua história, que entrou em operação comercial este ano. "O lucro líquido de R\$ 7,9 bilhões foi o melhor resultado da empresa desde 2013, ficamos muito orgulhosos com essa recuperação da companhia após vários anos", disse Siani.

O executivo destacou que, com os números do primeiro trimestre, a empresa conseguiu reduzir a dívida de forma substancial para US\$ 22,8 bilhões ante US\$ 25 bilhões no fim de 2016. "O que mostra que a companhia está em trajetória de desalavancagem, e, nos próximos trimestres, com aumentos sucessivos da produção em todas as linhas de negócios, vamos atingir resultados ainda melhores", afirmou.

As ações ordinárias da Vale fecharam em baixa de 3,24%, e as preferenciais caíram 4,33%.— Houve aumento de estoques, o que sazonalmente acontece no primeiro trimestre, mas os preços praticados nesse período ficaram um pouco

abaixo do que o mercado esperava — disse Luis Gustavo Pereira, estrategista da Guide Investimentos.

O Ibovespa, principal índice da Bolsa, recuou 0,29%, aos 64.676 pontos. O dólar comercial fechou a R\$ 3,183, alta de 0,31%. (Colaborou Ana Paula Ribeiro)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Reuters

Título: Lucro cresce 25% e Vale tem melhor resultado desde 2013

A mineradora brasileira Vale registrou lucro líquido de R\$ 7,891 bilhões entre janeiro e março, melhor resultado desde o terceiro trimestre de 2013, com alta de 25% ante o mesmo período do ano passado, informou a empresa nesta quinta-feira (27).

O resultado foi impulsionado pelo aumento da produção de minério de ferro, sua principal commodity, e ocorreu apesar do impacto negativo do menor volume de vendas sazonal.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado subiu para R\$ 13,523 bilhões, alta de 82,5% em relação ao mesmo período do ano passado.

Em comparação com o quarto trimestre, no entanto, o Ebitda caiu 13,4%, com o impacto das menores vendas.

Além do efeito da sazonalidade, a Vale anunciou na semana passada que as vendas deveriam ser mais fracas que os embarques registrados no primeiro trimestre por uma estratégia da companhia de aumentar estoques no exterior, apesar de ter reportado um recorde de produção para o período.

Os preços mais altos do minério, por outro lado, compensaram parcialmente o menor volume de vendas, segundo a Vale.

A receita líquida da companhia somou R\$ 26,742 bilhões no primeiro trimestre, alta de 30% ante o mesmo período de 2016.

O diretor financeiro da Vale, Luciano Siani, afirmou em vídeo que a empresa iniciou o ano "em grande estilo", embalada pela inauguração do projeto S11D, em Canaã dos Carajás, no Pará, o maior de sua história, que entrou em operação comercial neste ano.

"O lucro líquido de R\$ 7,9 bilhões foi o melhor resultado da empresa desde 2013, ficamos muito orgulhosos com essa recuperação da companhia após vários anos", disse Siani.

O executivo destacou que, com os resultados do primeiro trimestre, a empresa conseguiu reduzir a dívida de forma substancial para US\$ 22,8 bilhões ante US\$ 25 bilhões no fim de 2016.

"O que mostra que a companhia está em trajetória de desalavancagem e, nos próximos trimestres, com aumentos sucessivos da produção em todas as linhas de negócios, vamos atingir resultados ainda melhores", afirmou.

O lucro líquido da Vale em dólares foi de US\$ 2,49 bilhões, abaixo da estimativa média de analistas, de US\$ 3,325 bilhões, publicada no Thomson Reuters Eikon. O resultado, contudo, superou as expectativas da média dos analistas apurada pela reportagem da Reuters, de US\$ 2,43 bilhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Guimarães Mariana Durão

Título: Alta do minério e produção recorde, lucro da Vale sobe 25%

Fim de ciclo. Resultado foi o melhor registrado pela mineradora desde o 3º trimestre de 2013 e o último sob o comando de Murilo Ferreira; depois de seis anos no cargo, executivo passará a presidência da companhia para Fabio Schvartsman no fim do próximo mês

Beneficiada pela recuperação do preço do minério de ferro e produção recorde, a Vale encerrou o primeiro trimestre do ano com lucro de R\$ 7,9 bilhões, alta de 25% na comparação anual. O resultado foi o melhor registrado pela mineradora desde o terceiro trimestre de 2013. A divulgação de ontem foi a última sob o comando de Murilo Ferreira. Após seis anos na Vale, ele passará o bastão para o executivo Fabio Schvartsman no fim de maio.

Entre janeiro e março, a receita operacional líquida da Vale somou R\$ 26,7 bilhões, aumento de 30% na relação anual, mas recuo de 12,8% ante o quarto trimestre de 2016 pela sazonalidade do setor. A geração de caixa medida pelo Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ajustado foi de R\$ 13,5 bilhões, salto de 82,5% na comparação com os três primeiros meses do ano passado. Os preços mais altos tiveram efeito positivo de R\$ 2,1 bilhões no balanço.

Despedida. O clima nas teleconferências para comentar os resultados do primeiro trimestre foi de despedida de Murilo Ferreira. O executivo assumiu a Vale em 2011, no fim do chamado superciclo do minério de ferro e viu os preços despencarem de um patamar superior a US\$ 100 para algo próximo de US\$ 30 por tonelada.

Em um cenário hostil, a mineradora viu seu lucro e valor de mercado minguarem. Ao fim de 2011 a empresa valia R\$ 204,6 bilhões na bolsa. Agora, mesmo já tendo recuperado parte disso, a cifra está em cerca de R\$ 140 bilhões. O lucro secou paulatinamente, até que a Vale amargou em 2015 o primeiro prejuízo desde a privatização, em 1997, de R\$ 44 bilhões. No mesmo ano, a empresa enfrentou sua maior crise, com o rompimento da barragem da Samarco, joint venture com a BHP Billiton, que matou 19 pessoas e deixou um rastro de lama no Rio Doce.

Coube a Ferreira tentar minimizar os danos e reverter o quadro. No último ano, a Vale voltou ao azul, entregou lucro de R\$ 13,3 bilhões e voltou a remunerar os acionistas. A atuação pautada na disciplina de capital, corte de custos e venda de ativos foi elogiada por analistas durante a teleconferência.

Ferreira disse esperar ver a Vale como a empresa com melhor retorno da indústria da mineração e focada na remuneração aos acionistas. Aos 63 anos, ele disse que continuará sua vida profissional fora do Brasil. "Estou adiantado em algumas discussões, mas não posso anunciar", disse.

O executivo destacou ainda o trabalho em favor da segurança e da ética em seu mandato na companhia. "Felizmente não se viu citação do nome da Vale nesse lamaçal que temos presenciado no Brasil", disse, em referência a episódios de corrupção envolvendo políticos e empresas como Petrobrás e Odebrecht.

Produção. Maior produtora global de minério de ferro, a Vale registrou no primeiro trimestre produção de 86,2 milhões de toneladas da commodity, recorde trimestral e também em Carajás (PA), de onde sai seu produto mais valorizado.

O balanço financeiro considerado forte no primeiro trimestre não foi suficiente para garantir alta às ações da Vale, que acabaram sendo arrastadas pela queda de outras mineradoras, motivada pelo recuo recente no preço do minério de ferro, e o cenário externo. Os papéis Vale ON e PNA perderam 3,25% e 4,33%, respectivamente no pregão desta quinta-feira.

Em teleconferência com analistas de mercado, executivos da Vale estimaram que os preços do minério de ferro se manterão em torno de US\$ 70 por tonelada em 2017. A percepção da companhia é que a recente queda da cotação do insumo

no mercado, para a casa dos US\$ 60, ocorreu mais "por questões de sentimento do que de fundamentos".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Fernando Dantas

Título: Domando o polvo

O polvo é gigante. São 154 empresas, com 530,9 mil empregados e ativos totais e patrimônio líquido de, respectivamente, R\$ 4,7 trilhões e R\$ 500 bilhões em 2015. O orçamento de investimentos e custeio para 2017 é de R\$ 1,3 trilhão. Esse é o mundo das estatais brasileiras, onde despontam gigantes como Petrobrás, Banco do Brasil e Eletrobrás. A dívida total era de R\$ 448 bilhões em setembro de 2016, a maior parte da Petrobrás (R\$ 385 bilhões em dezembro de 2016). O resultado dos grupos Banco do Brasil, Caixa, BNDES, Petrobrás e Eletrobrás, o grosso do sistema produtivo estatal brasileiro, saiu de um prejuízo de R\$ 22,5 bilhões em 2015 para um lucro de R\$ 9 bilhões em 2016.

Fernando Antônio Ribeiro Soares, à frente da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), do Ministério do Planejamento, não pestaneja ao afirmar que a estrutura de estatais do Brasil é grande demais, em todos os sentidos, e precisa ser enxugada. Ele apresenta o cardápio de alternativas que já estão sendo implantadas ou estudadas, como concessões, autorizações, abertura de capital, fusões, aquisições, incorporações, cisões, privatizações e liquidações.

Quando Soares assumiu a coordenação das estatais, em maio do ano passado, ainda foi à frente do departamento (Dest) que logo em seguida, com suporte de Dyogo Oliveira, ministro do Planejamento, foi promovido à Secretaria. Em seguida, foram aprovados a Lei 13.303, de Responsabilidade das Estatais, que Oliveira e Soares apoiaram, e o decreto 8.945, que regulamenta a lei, coordenado pela Sest.

Entre suas novas atribuições, a Sest participa da modelagem das diversas operações para enxugar e racionalizar o conjunto de empresas, solicita e acompanha planos de ação para melhoria da gestão e da eficiência e monitora planos previdenciários e de saúde. Com a lei 13.303, foi estabelecida uma série de restrições e condições para seleção de administradores e conselheiros, como não ter exercido atividade política nem pertencer a sindicatos e ter experiência no setor público ou privado na área de atuação da estatal. A blindagem tem furos, segundo algumas análises, mas pelo menos buscou dificultar as nomeações políticas.

A lei também determina que as estatais elaborem uma carta anual com a explicitação de objetivos de política públicas "em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para suas respectivas criações". Para Soares, esse artigo "estabelece o limite de atuação do Estado na economia enquanto empresário". Na sua visão, excetuando as questões de segurança, essa presença só se justifica quando há "falhas de mercado" que, inclusive, podem ser temporárias.

Concretamente, ele defende que as estatais tenham foco e se voltem para o seu "core business", o negócio que melhor sabem fazer. Assim, a Petrobrás deve se concentrar na exploração, produção e refino, e sair da petroquímica e dos fertilizantes. Na Eletrobrás, a prioridade é a geração, e a estatal vai privatizar seis distribuidoras (já vendeu a Celg D, de Goiás, para a italiana Enel). Nos Correios, o caminho é aumentar a rentabilidade com parcerias estratégicas com o setor privado, usando a grande capilaridade da rede de agências.

Soares menciona que, nas negociações salariais de estatais ou grupos de estatais das quais o governo pôde participar (algumas acompanham categorias do setor privado ou são decididas judicialmente), em 2015 houve 21 reajustes pelo IPCA, 16 abaixo do IPCA e um caso de ganho real; em 2016, foram 23 reajustes abaixo do IPCA, 12 pelo IPCA e nenhum com ganho real.

"Isso não é "maldade", mas sim uma contribuição para o ajuste fiscal que as estatais têm de dar, para construirmos condições de crescimento econômico sustentável -meu mantra é que toda estatal tem que ser sustentável", conclui.

COLUNISTA DO BROADCAST E CONSULTOR DO IBRE/FGV

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Andre Ramalho

Título: CNPE define valor a ser arrecadado em licitação de áreas do pré-sal

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) fixou em R\$ 4,35 bilhões o bônus de assinatura total das quatro áreas do pré-sal que serão ofertadas este ano na terceira rodada de partilha. De acordo com resolução, publicada ontem, que autoriza a realização da licitação, a Petrobras terá até 30 dias para manifestar seu direito de preferência em entrar em cada uma das áreas como operadora.

Peroba terá o maior bônus cobrado pelo governo (R\$ 2 bilhões), seguido por Pau Brasil (R\$ 1,5 bilhão). Ambas as áreas estão na Bacia de Santos. Já Cabo Frio Central e Alto de Cabo Frio Oeste, localizadas entre as bacias de Santos e Campos, terão bônus de assinatura de R\$ 500 milhões e R\$ 350 milhões, respectivamente.

No leilão do pré-sal, os bônus de assinatura são fixos. Vence cada área quem oferecer o maior percentual de excedente em óleo da União - parcela da produção de petróleo e gás que será repartida entre a União e as petroleiras depois de deduzidos os custos.

O CNPE definiu os percentuais mínimos do excedente em óleo da União: 14,4% para Pau Brasil, 13,89% para Peroba, 22,87% para Alto de Cabo Frio Oeste e 21,38% para Alto de Cabo Frio Central. As parcelas variam em função do preço do petróleo e da produção diária média dos poços ativos.

Para o leilão deste ano, os índices foram fixados tomando como base o preço do barril a US\$ 50, uma realidade de mercado bem diferente daquela de 2013, quando foi realizada a primeira rodada de partilha e os preços do Brent ultrapassavam o patamar de US\$ 100. Na ocasião, a área de Libra foi negociada com um bônus de assinatura de R\$ 15 bilhões e um excedente em óleo de 41,65%.

Na avaliação do geólogo Pedro Zalán, da ZAG Consultoria, todas as áreas incluídas no leilão deste ano são atrativas do ponto de vista geológico. Dentre elas, Peroba e Pau Brasil, donas dos bônus mais caros da rodada, possuem menores riscos exploratórios por estarem estrategicamente localizadas próximas de importantes descobertas do pré-sal.

Peroba, por exemplo, está ao sul de Lula e a leste de Sapinhoá, os dois principais campos em operação do pré-sal, responsáveis por mais de um terço da produção nacional de petróleo. Um pouco mais distante, mas ainda nas proximidades de Lula, Pau Brasil está a sudeste da descoberta de Júpiter.

"Peroba e Pau Brasil são estruturas já mapeadas por sísmicas, geologicamente são estruturas fechadas como Carcará, Sapinhoá, Tupi [hoje Lula], com uma alta atratividade", afirma Zalán.

O geólogo explica que, por estarem próximas de grandes descobertas, essas duas áreas possuem alto grau de conhecimento geológico, mas destacou que só os futuros investimentos em exploração poderão dimensionar com precisão o potencial dos blocos ofertados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Governo estuda leilão único para contratação de energia renovável

O governo estuda a possibilidade de fazer um leilão de energia de reserva (LER) em setembro, para contratar energia das fontes eólica, solar, pequenas centrais hidrelétricas e de bioenergia (biogás ou biomassa). A ideia é fazer um único leilão este ano, porém oferecendo três tipos de contratos, com entregas para 2020, 2021 e 2022.

O escalonamento dos contratos tem a intenção de sinalizar à cadeia de fornecedores a perspectiva de continuidade de encomendas principalmente nos setores eólico e solar, após dois anos praticamente sem contratações.

"Nossa tentativa é criar previsibilidade, com um leilão sequenciado, com produtos de três, quatro e cinco anos, porque isso permitirá à indústria se programar para atender a esse mercado", disse o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia (MME), Eduardo Azevedo, ao Valor.

A decisão sobre a realização do LER só será tomada após a realização do leilão de desconstrução de energia, previsto para ocorrer até 31 de agosto, e outras medidas em andamento pelo MME, como a revisão da garantia física de hidrelétricas. "É uma possibilidade. Estamos investigando de forma mais precisa tanto a oferta quanto a demanda", disse Azevedo.

Ainda na linha de apoiar a cadeia de fornecedores de equipamentos, a pasta está discutindo com a Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), a Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (Abdi) e a Associação Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) formas de tornar a indústria do segmento competitiva para fornecer para o exterior, quando a demanda no país estiver fraca.

"Temos desenvolvido trabalho de identificação de gargalos da cadeia de valor e de como podemos melhorar essa cadeia de valor da produção de equipamentos, de forma que torne mais barata para uso no Brasil e mais competitiva para uso internacional", disse Azevedo.

Com relação aos leilões regulares, os chamados "A-", o MME vai solicitar que as distribuidoras indiquem suas necessidades de demanda de energia para até os próximos sete anos. Com base nessas informações, a ideia é fazer um leilão no fim deste ano e que dividirá contratos desde "A-3" (entrega a partir de 2020) até "A-7" (a partir de 2024). Essa licitação só ocorrerá se houver declaração de necessidade de compra pelas distribuidoras.

Azevedo revelou que o MME pretende lançar até o início de junho o Plano Decenal de Energia (PDE), principal estudo de referência aos investidores do setor energético, com horizonte 2017-2026. Em 2016 o governo não divulgou o estudo,

com horizonte até 2025, porque, segundo ele, o documento seria divulgado no fim do ano e portanto seria de nove anos, e não "decenal". Além disso, lembrou ele, todas os indicadores considerados no plano do ano passado já estavam defasados devido às mudanças ocorridas no cenário macroeconômico brasileiro.

Para o PDE 2017-2026, a pasta está promovendo algumas inovações. Uma delas é a inclusão de diferentes cenários, considerando incertezas provenientes do setor e principalmente da economia brasileira. A ideia também é tornar o documento mais dinâmico, com atualização seis meses após a primeira versão.

Segundo estudos preliminares da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a expectativa é de necessidade de contratação de um volume de energia nova de 10 mil megawatts (MW) médios a 15 mil MW médios até 2026.

Já o Plano Nacional de Energia (PNE), estudo de mais longo prazo, com horizonte até 2050, deverá ser lançado até o fim deste ano, destacou o secretário.

Azevedo contou ainda que o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), órgão máximo e interministerial do governo na área de energia, deve aprovar na próxima reunião, em junho, uma vaga no colegiado para o ministério dos Transportes.

"O [setor de] transportes é o maior consumidor de combustíveis e de emissões [de gases de efeito estufa]. Já que estamos envolvidos na missão de atender a demanda de combustíveis e reduzir a quantidade de emissões, compromisso da COP-21 [Acordo firmado na 21ª Conferência das Nações Unidas sobre mudança do clima], temos essa missão de colocar no CNPE o ministério dos Transportes", completou o secretário.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Juliano Basile

Título: Concessões vão ajudar a atingir meta, diz secretário do PPI

O cronograma de leilões e concessões deverá obter saldo suficiente até o fim do ano para ajudar o governo a atingir a sua meta fiscal, acredita o secretário especial do Programa de Investimentos e Parcerias (PPI), Adalberto Santos de Vasconcelos.

Segundo ele, os projetos estão num ritmo consistente com a estimativa de economistas brasileiros, em Nova York, segundo os quais seriam necessários pelo menos R\$ 10 bilhões em concessões até dezembro para cumprir a meta de déficit de R\$ 139 bilhões.

"De setembro para cá, em menos de oito meses, tivemos mais de 40 projetos bem-sucedidos. É o maior índice da história do país, em menos tempo e sem nenhum alarde, e foi obtido com aperfeiçoamento regulatório, com o acompanhamento das fases de cada projeto", afirmou Vasconcelos, após reuniões com investidores internacionais em Nova York.

Um dos exemplos destacados por ele foi o leilão das linhas de transmissão de energia, realizado nesta semana. Dos 35 lotes previstos inicialmente, 31 foram leiloados. Os 4 que não tiveram compradores representam apenas 3%. "Foi um êxito de 97%", comemorou o secretário. "Nós temos a perspectiva de concluir diversos projetos até o fim do ano."

Nessa lista está a 4ª rodada de exploração de campos de petróleo, prevista para 11 de maio, que, na visão de Vasconcelos, "será bastante disputada". Em agosto, será realizada a segunda rodada de licitações do pré-sal. "Essa deverá ser bastante competitiva", prevê. Em 25 de agosto, haverá a 14ª rodada de licitações de blocos exploratórios de gás natural.

Para Vasconcelos, a mudança na legislação de exploração do petróleo ajudou a dar atratividade para as concessões. "A abertura do mercado e a não exigência de que a Petrobras seja operadora única farão com que seja bastante competitiva." Para o segundo semestre estão previstos leilões de rodovias e ferrovias, como Norte-Sul, Ferrogrão e a Fiol.

De acordo com o secretário, a carteira de 90 projetos, dos quais 43 já foram efetivados, deverá mudar ao longo do ano, pois a equipe de 45 técnicos que lidam com o PPI atua tanto no aprimoramento daqueles em curso quanto na preparação de novos que serão lançados assim que estiverem concluídos.

"O movimento é bastante dinâmico e serão encaminhados novos projetos da nossa carteira", disse. "Teremos mais projetos em rodovias, portos, energia, petróleo."

Após se reunir com mais de 300 investidores durante quatro dias nos Estados Unidos, Vasconcelos notou que a agenda de reformas que o governo está implementando do ponto de vista fiscal funciona como um atrativo para novos aportes de capital no país.

"O investidor prefere ver a construção dos projetos, a sua robustez e a estabilidade regulatória. E também as facilidades e o que se pode fornecer para que uma empresa estrangeira entre no mercado brasileiro", disse o secretário.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Daniel Rittner****Título: Sem dinheiro, Aneel corta até inspeção de barragem**

Em contraste com o provável sucesso hoje do leilão de linhas de transmissão, que teve aporte de garantias financeiras de empresas interessadas nos 35 lotes oferecidos ao mercado, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) entrou em estado de alerta. A autarquia foi surpreendida pelo contingenciamento de 45% na lei orçamentária de 2017 e precisar enfrentar uma situação de penúria nos próximos meses.

Para se adaptar ao corte, a Aneel fará um ajuste radical nos planos. O programa de segurança de 936 barragens de usinas hidrelétricas deve ser um dos mais comprometidos, com a suspensão de inspeções in loco, mesmo após o desastre de Mariana (MG). Metade das estruturas foi classificada como de alto dano potencial em caso de rompimento. Diante da escassez de recursos para bancar o deslocamento de servidores, fiscalizações sobre o andamento de obras de usinas e linhas de transmissão serão feitas só com base em relatórios fotográficos das empresas.

Os consumidores também poderão sentir, direta ou indiretamente, o efeito da contenção de gastos. O serviço de call center para atendimento de reclamações, que funciona todos os dias (exceto aos domingos) de 6h20 à meia-noite, passará a atender somente durante metade do expediente comercial. A compra e atualização de softwares que ajudam a área técnica no cálculo dos reajustes anuais de 101 concessionárias de distribuição e transmissão também está sendo congelada.

"O ambiente regulatório se fragiliza", resume o diretor da agência Tiago Correia. Ele lembra que a redução de R\$ 68 milhões, se desestrutura os trabalhos da Aneel com uma redução de 45% no orçamento do ano (excluindo despesas fixas com pessoal), é insignificante no bolo do contingenciamento imposto pela equipe econômica à Esplanada dos Ministérios - 0,16% da cifra total.

Em meados do ano passado, no início do governo Michel Temer, o ministro Eliseu Padilha (Casa Civil) havia prometido aos presidentes de órgãos reguladores transformá-los em unidades orçamentárias independentes - que não ficam sujeitos aos cortes definidos pelo ministério setorial. A proposta foi incorporada ao projeto de modernização das agências, que já passou no Senado, mas tem andado de lado na Câmara dos Deputados. Na prática, ainda não gerou resultados.

"Em uma última instância, se não houver autonomia financeira, não temos autonomia decisória e há risco de captura política", afirma Correia. "É a consequência de ficar com o pires na mão. Se eu fosse investidor, botaria um prêmio maior de risco regulatório", ressalta o diretor da Aneel, observando que esse é um movimento contrário à melhoria nas regras dos últimos leilões de energia.

Ao contrário da maioria das demais agências reguladoras, a Aneel tem fonte de financiamento própria. A taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica é paga por todos os consumidores do país, representa 0,4% das contas de luz e arrecada em torno de R\$ 500 milhões por ano. O dinheiro tem sido sistematicamente retido pelo Tesouro Nacional para reforçar o superávit primário ou, mais recentemente, diminuir o rombo nas contas públicas. Desde 1998, quando a Aneel foi criada, cerca de R\$ 3 bilhões dos recursos cobrados nas tarifas tiveram essa destinação.

Para o coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) da UFRJ, Nivalde de Castro, faltou à equipe econômica uma visão mais estratégica para lidar com o tema. "O setor elétrico foi o único capaz de apresentar um plano de investimentos pronto para ajudar na recuperação da economia. Isso demonstra uma certa miopia do Ministério da Fazenda. Seria melhor optar por cortes mais seletivos, e não cortes lineares, sem levar em consideração as consequências em diferentes áreas do governo."

Na visão da Ordem dos Advogados do Brasil, mais do que miopia, pode ser pura ilegalidade. O presidente da comissão de assuntos regulatórios da OAB-DF, Glauco Alves e Santos, assina parecer recente sustentando que o "confisco" das taxas de fiscalização das agências constitui desvio de finalidade e é inconstitucional.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Pietro Erber e Marco A. Palhas

Título: Desafios da geração de energia intermitente

A geração de energia elétrica a partir de fontes primárias intermitentes vem assumindo importância crescente. A energia eólica e a solar, por serem renováveis, têm utilização prioritária num contexto em que se deseja reduzir o consumo de combustíveis fósseis, para atender aos acordos climáticos de redução da emissão de gases do efeito estufa.

Essa geração, que inicialmente constituía apenas acréscimos marginais à capacidade geradora do país, agora já é expressiva e suas características exigem

importantes alterações nos critérios de planejamento e operação do sistema interligado no qual se insere. A expansão racional da utilização dessas fontes de energia deve considerar os custos de sua inserção nos sistemas elétricos e no contexto econômico-financeiro do setor elétrico evitando prejudicá-las ou o próprio setor e seus consumidores.

Em recente artigo, *The Economist* trata da inserção da geração de fontes intermitentes em sistemas geradores de base térmica. Mostra como o custo marginal nulo dessas geradoras vem deslocando a geração de outras usinas, cuja rentabilidade fica prejudicada, mas cuja disponibilidade é necessária para a continuidade do suprimento e para a própria expansão do parque eólico e solar, além daquela do sistema como um todo.

A baixa previsibilidade das reduções ou aumentos da contribuição dessas fontes e sua forte variação horária exigem novos modelos de simulação do sistema, novos critérios de operação do parque gerador e sobretudo importantes custos de provisão de reserva, ou "backup". Assim, embora o custo marginal do funcionamento dessas usinas seja nulo, o custo de compensar sua falta é significativo. Transparece de forma crescente nos encargos do sistema, no uso não programado dos reservatórios, na geração termelétrica intempestiva, no aumento da reserva girante e nas perturbações do fornecimento. Exige, para sua avaliação e mitigação, novos critérios de estimativa dos seus custos de geração, atualmente baseados no custo nivelado, que apenas reflete sua contribuição anual esperada, desconsiderando os efeitos da intermitência.

A mitigação dos efeitos da intermitência tem sido objeto de diversas propostas. Algumas apenas transfeririam o problema para outras modalidades de geração, embora a economicidade e a competitividade de qualquer usina seja função de seu fator de utilização, sobretudo para usinas de baixo custo operacional. Recorrer a turbinas a gás natural, para uso eventual, normalmente envolveria custo de combustível bem superior àquele que se teria em contratos de elevado nível de "take or pay". Também seria difícil justificar a instalação de usinas de alta eficiência, mais caras, para utilização eventual.

Além disso, o aproveitamento de fontes renováveis não deveria ser indutor de consumo de combustíveis fósseis. Mesmo se fossem utilizados combustíveis renováveis, como a biomassa de florestas homogêneas plantadas, seria uma solução precária, pois se deixaria de aproveitar a vantagem da contínua disponibilidade desse combustível e a baixa utilização aumentaria o custo da energia gerada.

É preciso migrar de um parque gerador hidrelétrico completado por térmicas para um sistema multiofertas

A interligação elétrica com outras regiões pode mitigar os problemas da intermitência importando eventuais excedentes para compensar reduções de geração local e evitar outros recursos de "backup", mais onerosos. Porém haveria necessidade de aumentar a capacidade das interligações acima dos níveis previstos para efeito dos intercâmbios sazonais de energia.

Um recurso, crescentemente adotado em diversos países, é o do armazenamento da energia mais barata disponível no sistema, eventualmente parte daquela gerada por fontes intermitentes, a ser utilizada na falta dessa geração. Assim, parte da geração intermitente ou de outras fontes teria seu consumo adiado para momentos de maior carência, podendo então auferir preços mais elevados, que compensariam perdas incorridas no enchimento e esvaziamento dos reservatórios de energia, sejam estes hidráulicos, baterias ou outros, menos usuais. Outra vantagem da acumulação é que pode ser feita com energia gerada pelas usinas baseadas em fontes renováveis, portanto sem emissões de carbono e ensejando uma avaliação mais clara do custo global do atendimento do mercado.

A geração distribuída intermitente, com predomínio da geração solar, conectada às redes de baixa tensão, afeta diretamente a rentabilidade das empresas distribuidoras, sobretudo quando a cobrança é feita por "net metering" sobre tarifas monômias (R\$/kWh), que reduz significativamente a remuneração do investimento nas redes dessas empresas. Consumidores que possuam geração própria dessa natureza deveriam ser cobrados mediante tarifas binômias (R\$/kW + R\$/kWh) que reflitam sua contribuição em termos de energia gerada e eventualmente cedida à rede, mas assegurem a remuneração das instalações cujo apoio lhes é indispensável para a continuidade de seu consumo.

Mecanismos de hedge e contratos de backup análogos àqueles que os consumidores livres firmam com as distribuidoras às quais estão conectados, porém voltados para os geradores intermitentes (ou sazonais), poderão regular o relacionamento financeiro e operacional entre esses geradores e os provedores de armazenamento. Porém ajustes nas atuais regras de mercado deveriam ser realizados para que a contratação de energia pelos agentes de demanda seja do conjunto usina intermitente e sua mitigação, devidamente avaliada e certificada pelos agentes setoriais, de modo a identificar os custos incorridos e permitir maior amplitude de ação a esses agentes.

Para assegurar a economicidade da expansão e da operação do sistema elétrico, o planejamento setorial deverá avaliar o custo de complementar a instalação de usinas intermitentes com instalações de armazenamento no sistema interligado, novas interligações regionais e inter-regionais e outras formas de mitigação da intermitência. Tais custos envolvem, além dos investimentos iniciais, o de operá-las e de manter grandes quantidades de energia armazenada. Naturalmente, este

último variaria em função daquele da energia consumida para realizar a acumulação, além do custo das novas instalações e da alteração do uso de reservatórios de regularização existentes.

Estas considerações levam à necessidade de repensar o modelo de operação do sistema elétrico brasileiro passando do atual "parque gerador hidrelétrico complementado por termelétricas" para um sistema multiofertas com custos de operação extremamente flexíveis e características díspares entre as usinas geradoras. Este é o desafio que se coloca para o planejamento da expansão da oferta, para a coordenação da operação interligada e para os agentes setoriais, atuantes num novo ambiente muito mais dinâmico, criativo e exigente.

Pietro Erber e Marco Aurélio Palhas são, respectivamente, diretor e conselheiro do Instituto Nacional de Eficiência Energética (INEE).

MME / ASCOM .